



EFICIÊNCIA

RELATÓRIO DE GESTÃO
CORREGEDORIA
2018-2020



TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais



MENSAGEM DO CORREGEDOR.....	03
SEPLAN.....	07
GESIS.....	11
GEINF.....	27
NUPLAN.....	32
CEJUR.....	50
DIRCOR.....	52
GEFIS.....	60
GENOT.....	66
GEDIS.....	83



SUMÁRIO


MENSAGEM DO CORREGEDOR



Gestão compartilhada!

É o termo que, em primeiro lugar, eu destacaria para resumir o meu mandato à frente da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, no biênio 2018/2020.

E utilizo essa ideia não exclusivamente na sua concepção clássica, que traduz a gestão pública em conjunto com a sociedade civil, em torno de um tema de interesse comum.



Adoto o conceito, principalmente, para definir que o compartilhamento das ações, projetos e até mesmo das decisões foram tomadas em comum acordo e divididas com toda a direção superior do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

E, na esfera de atuação desta Casa Correicional, desde o meu primeiro dia no exercício do cargo de corregedor, compartilhei a gestão com os juízes auxiliares e os gestores da Corregedoria, em união de competências, especialidades, forças e visões distintas, cada um oferecendo o seu melhor para fortalecimento do todo e fazendo com que o resultado final tivesse ainda mais eficiência e qualidade.

A gestão foi também marcada pelo enfrentamento de lamentáveis tragédias, as quais exigiram uma pronta atuação da nossa parte.

Nos meus quarenta anos de magistratura, nunca vivenciei um período tão turbulento no Estado de Minas Gerais, demandando ações e medidas emergenciais e diferenciadas em termos de administração pública.

No final de janeiro de 2019, a barragem de rejeitos de minério da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, rompeu-se e resultou em um dos maiores desastres ambientais do Brasil, com mais de 250 mortes.

Janeiro de 2020 nos reservaria outra calamidade, em inúmeros distritos e municípios de Minas Gerais, também com dezenas de mortes causadas pelas chuvas torrenciais e enchentes que nos afligiram de uma forma sem precedentes, inclusive com a destruição de processos, equipamentos, móveis e materiais dos prédios forenses de diversas comarcas.

E, no final de fevereiro, começo de março de 2020, fomos surpreendidos com a pandemia do coronavírus.

Cada tragédia, a par do sentimento de tristeza e solidariedade, nos exigiu atitudes imediatas e inovadoras.

Por outro lado, muitas foram as ações que nos alegraram, dentre as quais destaco a comemoração dos 70 anos da

Corregedoria, o Certificado de Eficiência do Serviço Extrajudicial concedido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e a implantação do Sistema PJe em todas as comarcas do estado.

Agradeço a inestimável contribuição dos juízes auxiliares da Corregedoria, dos gestores e dos mais de 360 colaboradores, sem os quais nada teria sido construído neste biênio.

As principais ações e projetos que realizamos estão destacados neste relatório.

Os novos tempos trazidos pela pandemia indicam que teremos que mudar a forma de administrar a Justiça, o que certamente influi nos caminhos que o Poder Judiciário deverá trilhar doravante.

Porém, a missão maior da Corregedoria continuará! Entregar ao cidadão uma prestação jurisdicional com qualidade e eficiência, de forma a atender aos anseios da sociedade e de se constituir em instrumento efetivo de justiça, equidade e promoção da paz social, para que possamos, assim, atingir o ideal de sermos reconhecidos na sociedade pela celeridade e presteza da nossa atuação.

Certo de ter cumprido a missão que me foi confiada pelos meus eminentes pares, encerro esta apresentação, valendo-me das palavras de Timóteo:

“Combati o bom combate, guardei a fé.”

Muito obrigado!

Desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca
Corregedor-Geral de Justiça



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



NÚCLEO DE MONITORAMENTO DO PERFIL DE DEMANDAS – NUMOPEDE

O núcleo formado por juízes auxiliares da Corregedoria e juízes de direito titulares de varas cíveis visa centralizar as orientações para reduzir a distribuição de demandas fraudulentas e abusivas no Poder Judiciário mineiro, mediante adoção de boas práticas.

Foram recebidas 166 (cento e sessenta e seis) demandas, e 205 (duzentos e cinco) advogados foram monitorados pelo NUMOPEDE.

Em 2019, foram emitidos 7 (sete) comunicados (vide <http://rede.tjmg.jus.br/rede-tjmg/institucional/corregedoria/acesse-os-comunicados.htm>), contendo boas práticas para minimizar o uso abusivo do direito, e 6 (seis) informes confidenciais direcionados exclusivamente a magistrados.

Ademais, foram realizadas reuniões com diversas entidades para divulgação do Núcleo e estabelecimento de parcerias, como por exemplo: OAB/MG, MP/MG, SERASA, SCPC, Boa Vista Serviços e Operadora VIVO.

Foi realizado o curso de Aperfeiçoamento Jurídico e Gerencial para Magistrados –CJUR/NUMOPEDE, e o curso Abuso do Direito de Ação (educação a distância), em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJF.

O trabalho desenvolvido pelo NUMOPEDE foi destaque no Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos (CEJ), em explanação realizada para desembargadores e assessores, e nos Encontros de Capacitação da Corregedoria-Geral de Justiça – ENCORS.



Foto: Divulgação

Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/encontro-debate-uso-abusivo-da-justica-1.htm#.Xp5XRy2b70Q>

GESTÃO E PROCESSAMENTO DAS VERBAS INDENIZATÓRIAS DEVIDAS AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Foram pagos R\$ 175.372.444,81 (Cento e setenta e cinco milhões trezentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos), a título de indenização de transporte, mediante gestão das diligências pela equipe SEPLAN.

Custeadas pelas Partes		Custeadas pelo TJMG	
Recolhidos pela GRCTJ	Convênios (órgãos federais, estaduais e municipais)	Administração Direta Estado	Justiça Gratuita/Plantão
R\$ 32.093.017,29	R\$ 1.328.274,52	R\$ 1.389.066,61	R\$ 140.562.086,39



PJe

**SISTEMAS
JUDICIAIS**



COAPE

Coordenação de Apoio e Acompanhamento do Sistema
"Processo Judicial Eletrônico" da Primeira Instância

COSIS

Coordenação de Apoio e Acompanhamento dos Sistemas
Judiciais Informatizados da Primeira Instância

EXPANSÃO DO SISTEMA PJE CÍVEL

O sistema PJe Cível foi implantado nas 297 comarcas e em seus respectivos juizados especiais. Além disso, o sistema foi implantando também no juizado especial das 73 comarcas nas quais o PJe já havia sido instalado anteriormente (90 unidades jurisdicionais) e nas 32 turmas recursais do estado de Minas Gerais.

Atualmente o PJe conta com mais de 245.800 (duzentos e quarenta e cinco mil e oitocentos) usuários externos e cerca de 14.550 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta) usuários internos.

CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS INTERNOS DO PJE

Foram ministrados cursos a distância (EAD/EJEF) pelos servidores da COAPE/CGJ, e disponibilizada nova versão das "Orientações às Secretarias do Juízo – Justiça Comum", além de outros materiais instrucionais disponíveis no link <http://rede.tjmg.jus.br/rede-tjmg/processo-eletronico/pje/>.

RESTABELECIMENTO DO SUPORTE PRESENCIAL

Cinquenta comarcas receberam suporte presencial no Sistema PJe, gerando melhora significativa na execução das atividades e redução dos chamados para solução de dúvidas.

MELHORIAS IMPLEMENTADAS NO SISTEMA PJE

JUSTIÇA COMUM

- Citação eletrônica na Vara de Cartas Precatórias Cíveis de BH (Aviso nº 26/CGJ/2019).
- Citação eletrônica expandida para mais de 620 municípios do estado de Minas Gerais e para todas as entidades representadas pela Advocacia-Geral do Estado.
- Descida automática das peças oriundas da 2ª instância.
- Possibilidade de realizar movimentação em lote e a minuta em lote nas tarefas do gabinete.
- Possibilidade de expedição de documentos, antes realizada no CEMPE ou no editor de textos, no próprio Sistema PJe.
- Possibilidade de emissão de cartas no Sistema PJe (PRATCOM).
- Simplificação no procedimento de juntada de mandados e ARs.
- Aperfeiçoamento do agrupador "Documentos não lidos".
- Alteração no fluxo para possibilitar a atuação do estagiário de secretaria (perfil "Auxiliar de Secretaria").
- Possibilidade de realização de intimação no gabinete.
- Criação de um perfil específico para os peritos externos (Atualmente o Sistema Pje possui mais de 3.200

peritos cadastrados no PJe.).

- Liberação da citação por meio eletrônico às pessoas jurídicas de direito privado (ex.: BV Financeira, Seguradora Líder etc.), nos termos da Portaria nº 6.159/CGJ/2019.



<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/corregedoria-orienta-peritos-sobre-atuacao-no-pje.htm#.Xp5Zny2b70Q>

JUIZADO ESPECIAL

- Visualização da tarefa de juiz leigo pelo magistrado, para permitir que o juiz togado fiscalize quais processos estão com determinado juiz leigo.
- Visualização da tarefa "Tramitar após audiência" pelo servidor da conciliação, para que movimente o processo após a realização da audiência.
- Modelos de documentos associados ao meio de comunicação na tarefa "Preparar ato de comunicação".
- Liberação do perfil *jus postulandi* às partes não assistidas por advogados nos juizados especiais, mediante o uso do certificado digital.

TURMA RECURSAL

- Supressão das telas de relatório e ementa, mantendo-se apenas a tela de voto.
- Criação da função "Retirar processo da sessão de julgamento."

RENOVAÇÃO E EXPANSÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL DE SERVIDORES PARA ACESSO AOS SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

Disponibilização de 895 *tokens* e emissão de 3.263 certificados.

MELHORIAS NO SISTEMA SISCOM

- Bloqueio da inclusão da OAB de advogados falecidos nos processos físicos, a fim de se coibirem fraudes.
- Melhoria da segurança na emissão de certidões pelo Portal do TJMG, tendo sido expedidas pela internet, no período de 1/7/2018 a 27/3/2020, 1.086.035 certidões negativas e positivas aos jurisdicionados, sem necessidade de deslocamento dos requerentes até as dependências dos fóruns.
- Adequação da numeração única do processo no formato estipulado pelo DJe (Antes se utilizava a numeração do SISCOM).
- Alteração do número de caracteres de 6 para 10, no campo "Endereço da pessoa.
- Alteração no relatório de objetos apreendidos, a fim de se permitir melhor gestão e controle dos bens apreendidos.
- Alteração das mensagens na opção "Conclusão automática da substituição de juízes", tornando possível o envio em lote de processos ao juiz substituto.

IMPLANTAÇÃO DO ALVARÁ DE SOLTURA ELETRÔNICO – ASE – PARA AS 297 COMARCAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Agilidade e economia na prestação jurisdicional, mediante cumprimento imediato das ordens de soltura emanadas do juízo, e comunicação imediata e concomitante com a Unidade de Registro de Impedimento – URI, e a Unidade Custodiante – UC.

No período de 1/7/2018 a 27/0/2020, foram emitidos 114.692 alvarás pelo ASE.

INTERLIGAÇÃO DO BANCO ESTADUAL DE MANDADOS DE PRISÃO – BEMP – AO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS – PCNET

Otimização da tarefa de emissão de mandados de prisão, dispensando o seu envio manual às delegacias. No período de 1/7/2018 a 27/3/2020, foram emitidos **73.757** mandados de prisão no **BEMP**.

EXPANSÃO E INTERLIGAÇÃO DO BEMP AO SISTEMA BNMP2 PARA AS 297 COMARCAS

Possibilidade de alimentação automática das principais informações entre os referidos sistemas.

CADASTRAMENTO DAS EXECUÇÕES PENAIS FÍSICAS NO SEEU

Cumprimento da Resolução 280/2019 do CNJ, que determinou o cadastramento de todas as execuções penais no Sistema SEEU.

Acervo total: 177.004 (cento e setenta e sete mil e quatro) execuções penais em andamento.

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO-PILOTO DO PJE CRIMINAL NA CENTRAL DE RECEPÇÃO DE FLAGRANTES – CEFLAG –, EM FUNCIONAMENTO NA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Finalização do escopo do projeto e disponibilização para implantação do PJe na CEFLAG, em 2/3/2020.



APRIMORAMENTO DOS DADOS REFERENTES À COMUNICAÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL ELETRÔNICA – E-CDJ

Manutenção de informações atualizadas sobre apontamentos criminais, no banco de dados da Polícia Civil/Instituto de Identificação.

CAPACITAÇÃO DE COLABORADORES PARA ATUAÇÃO NOS SISTEMAS CONVENIADOS: BACENJUD, RENAJUD, RIJUD E DEPOX

Melhoria na capacidade de atendimento aos usuários.

REGULARIZAÇÃO DO CADASTRO DE USUÁRIOS INTERNOS, NOS SISTEMAS RIJUD, CENIB, SIGPRI E SERASAJUD

Garantia de acesso e utilização dos sistemas RIJUD, CENIB, SIGPRI e SERASAJUD por todos os usuários interessados.

FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS COM A CENTRAL DE INFORMAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS – CRC-JUD; BANCO DE DADOS DO SCPC – SCPC BOA VISTA, E INFORMAÇÕES CADASTRAIS E DE REGISTROS DE FLUXOS TELEFÔNICOS E DE DADOS DE CLIENTES TIM – INFOTIM.

Agilidade das informações requeridas para o cumprimento das determinações judiciais.

DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA 1ª FASE DO PROJETO CENTRAL ELETRÔNICA DE MANDADOS E DILIGÊNCIAS – CEMAD

Centralização do armazenamento do saldo de custas, taxas e despesas processuais (mandados e documentos postais) de todas as comarcas do estado, tendo como premissa a automatização do processamento e sua interação com os diversos sistemas processuais. Em 2019, com a implantação da 1ª fase, o saldo da guias já passou a ser centralizado no Sistema Guias Web.

IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS NOS SISTEMAS DE EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS

- Implementação da leitura dos mandados pelo código de barras, para agilizar a digitalização de mandados físicos a serem inseridos no PJe.
- Expansão do CEMPE - Sistema de Cumprimento de Mandados, para abarcar os processos que tramitam no SEEU.
- Estudos de adaptação do sistema CEMPE para a expedição de mandados advindos do PJe Criminal em maio/2019

(ainda em fase de homologação).

- Adaptação do sistema PROJUDI para expedição de mandados por meio do sistema CEMPE, para permitir a expedição e o pagamento das verbas indenizatórias devidas aos oficiais de justiça em processos dos juizados especiais da Capital pelo sistema AR.

Tais ações geram aprimoramento das rotinas de trabalho das secretarias de juízo e centrais de mandados e redução dos custos com carros oficiais designados exclusivamente para o cumprimento de mandados nos juizados especiais de Belo Horizonte.

VINCULAÇÃO DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS E TAXAS JUDICIÁRIAS AO PROCESSO CORRESPONDENTE, NO ATO DA SUA EMISSÃO

Alteração no procedimento de recolhimento de custas prévias, diante da identificação de mais de 185 mil GRCTJs pagas, representando um montante de R\$ 93.954.197,26, sem vinculação a nenhum processo.

INCLUSÃO DA FUNÇÃO “DESTINAÇÃO DE VALORES DE FIANÇA-CRIME” EM SISTEMA WEB E SUA DESABILITAÇÃO NO SISTEMA SISCOM WINDOWS

Modernização e simplificação do procedimento de destinação de fiança-crime.

IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS NO MÓDULO CÍVEL DO SISTEMA DE CÁLCULO DE DÉBITOS JUDICIAIS – CADEJ

Padronização e aprimoramento dos cálculos de atualização de valores referentes à liquidação de sentenças cíveis.

IMPLANTAÇÃO DO “SISTEMA SISCOM PLANTÃO”, QUE PERMITE A TODAS AS COMARCAS DA MESMA MICRORREGIÃO A DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS CRIMINAIS DE MODO INTEGRADO

Possibilidade de atuação do servidor e do magistrado plantonista em várias comarcas, superando a fragmentação do SISCOM, que restringia o acesso do usuário apenas aos processos de sua comarca de lotação.

MELHORIAS NO MÓDULO CERTIDÃO DE NÃO PAGAMENTO DE DESPESAS PROCESSUAIS – CNPDP – DO SISTEMA RUPE

- Implementação da função de cancelamento da assinatura de CNPDPs não enviadas à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF/MG.
- Implementação do cancelamento automático da assinatura das certidões, nos casos em que forem devolvidas por erro de CEP ou CPF/CNPJ.
- Correção das CNPDPs não recepcionadas pelo sistema da SEF/MG ou erroneamente expedidas.
- Atualização do módulo CNPDP, de modo a não permitir a inserção do CNPJ do TJMG, que estava sendo incorretamente utilizado pelas secretarias na expedição de CNPDP.

- Consolidação do material de perguntas e respostas entre a AGE/SEF/TJMG.

IMPLANTAÇÃO DO USO DO SISTEMA SISCONDJ-DEPOX, DO BANCO DO BRASIL, PARA A GESTÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS NA COMARCA DE BELO HORIZONTE E REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA SUA EXPANSÃO ÀS COMARCAS DO INTERIOR, NO ANO DE 2020

Automatização e melhoria da gestão dos depósitos judiciais pelo TJMG.


OUTRAS AÇÕES DA GESIS

- Expansão do PJe para as classes de competência da infância e juventude.
- Unificação dos fluxos de processamento cíveis do juizado especial e da justiça comum.
- Implementação do projeto-piloto "Plantão eletrônico", durante o recesso forense do ano 2019/2020, nos juizados especiais da Comarca de Belo Horizonte.
- Envio automático de processos do PJe (1ª instância) ao JPe (2ª instância).
- Estudos para implementação da função de intimação em lote.
- Participação no projeto da 1ª Vice-Presidência, que visa à digitalização de processos físicos encaminhados à 2ª instância.
- Alteração para aperfeiçoar a consulta aos materiais de apoio aos usuários do sistemas da COSIS/Corregedoria, na Rede do TJMG.
- Melhorias na emissão de certidões solicitadas pelos jurisdicionados no Portal do TJMG, que evita o acionamento por robôs de forma indevida no sistema Rupe de certidões.

- Ações para alteração dos sistemas judiciais quanto à criação/alteração de novas competências em 52 comarcas do estado.
- Aulas ministradas nos cursos de formação inicial realizados durante a gestão.

GERENCIAMENTO E CONFERÊNCIA DE SIMULAÇÕES NO SISCOMTJ (FEITOS FÍSICOS) DAS ALTERAÇÕES DE COMPETÊNCIA

Comarca	Alteração	Data Redistribuição	Varas Criadas	Total de Feitos Redistribuídos
Patos de Minas	3ª Vara Cível e 2ª Vara Criminal	22/8/2018	2	10.808
Contagem	Vara de Violência Doméstica e Inquéritos	7/6/2019	1	4.778
São Gotardo	2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude e redistribuição JESP	14/6/2019	3	5.303



Ipanema	2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude e redistribuição JESP	28/6/2019	3	4.546
Nova Serrana	1ª Vara Criminal e de Execuções Penais, 2ª Cível e redistribuição JESP	11/9/2019	4	14.866
Esmeraldas	2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude e redistribuição JESP	25/9/2019	3	5.496
Patos de Minas	4ª Vara Cível e redistribuição JESP	14/11/2019	3	7.351
Barbacena	3ª Vara Criminal e Vara de Família passa a ser Família e Sucessões	2/12/2019	3	7.776
Uberlândia	3ª Fazenda Pública e Autarquias, 5º JD JESP, 5ª Vara Criminal	10/1/2020	5	24.406
Belo Horizonte	Alteração de competência da 2ª Faz. Pública e 4ª, 13ª, 24ª e 31ª Cíveis	15/2/2020	2	3.024
Santa Luzia	3ª Vara Criminal e da Infância e Juventude e redistribuição JESP	4/3/2020	3	8.420

Betim	Vara Empresarial, da Fazenda Pública e de Registros Públicos e redistribuição JESP	11/3/2020	3	9.083
Frutal	2ª Vara Criminal e Infância e Juventude	18/3/2020	1	3.642
Total:			36	117.905

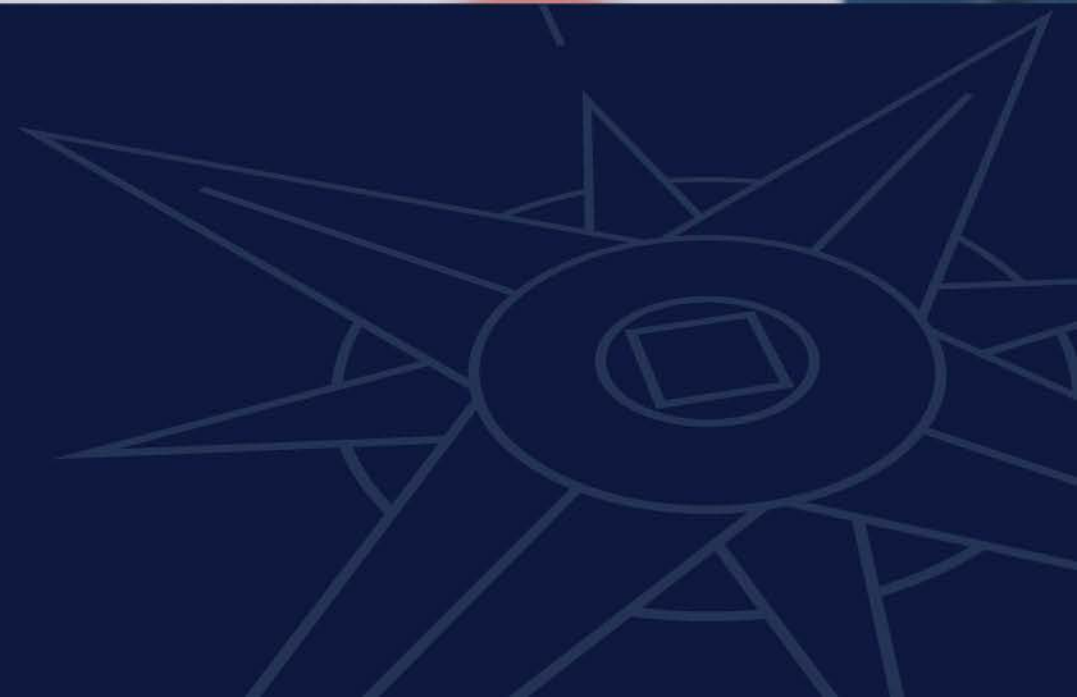
CHAMADOS, REQUERIMENTOS, INCIDENTES E E-MAILS ATENDIDOS PELA GESIS, NA GESTÃO 2018-2020

SETOR	GRUPO QUE REALIZOU O ATENDIMENTO	2018	2019	2020	TOTAL
GESIS	Equipe CGJ - Custas	186	950	354	1.490
	Equipe CGJ - Mandados	1.125	1.059	304	2.488
	Equipe CGJ - CEMPE	243	1.374	247	1.864

COSIS	Equipe CGJ - Criminal	348	1.968	1.044	3.360
	Equipe CGJ - RUPE	1.707	3.216	890	5.813
	Equipe CGJ - SEEU	1.387	4.374	669	6.430
	Equipe CGJ - Siscom Geral	1.125	3.955	1.108	6.188
	Equipe CGJ - E-mail	3.050	6.095	502	9.647
COAPE	Equipe PJe CGJ	12.769	16.995	5.909	35.673
	Equipe PJe CGJ - Configuração	7.348	10.544	3.886	21.778
	Equipe PROJUDI CGJ	0	1.104	250	1.354
TOTAL		29.288	51.634	15.163	96.085



GESTÃO DA INFORMAÇÃO



CORPROT

Coordenação de Protocolo, Processamento e Controle de Expedientes da Corregedoria

COASA

Coordenação de Apoio aos Serviços Auxiliares da Justiça de Primeira Instância

BANCO DE PRECEDENTES DO FORO JUDICIAL

A disponibilização do banco de precedentes garante a difusão de decisões, pareceres e enunciados relativos aos serviços judiciais, prestigiando a publicidade dos atos.

PUBLICAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS

No ano de 2019, foram expedidos 741 (setecentos e quarenta e um) atos normativos da CGJ, disponibilizados no Banco de Atos Normativos do Tribunal de Justiça.

TRAMITAÇÃO DOS EXPEDIENTES ENCAMINHADOS À CORREGEDORIA

- 9.943 protocolos movimentados no Sistema de Protocolo
- 9.778 procedimentos gerados no SEI
- 17.811 procedimentos tramitados no SEI
- 17.504 documentos gerados no SEI

- 14.518 documentos externos (PDF e outras mídias) inseridos no SEI
- 3.344 documentos expedidos pelo malote físico
- 1.564 documentos expedidos pelo correio

GESTÃO DO PAGAMENTO AOS PROFISSIONAIS DAS ÁREAS DE PERÍCIA, TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM PROCESSOS AMPARADOS PELA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Padronização dos procedimentos de nomeação e pagamento de peritos, tradutores e intérpretes e melhoria da gestão do orçamento disponibilizado para tal atividade.

Em 2019, foram realizadas 11.502 perícias, resultando na execução orçamentária de R\$ 3.983.718,83. De janeiro a fevereiro de 2020, foram realizadas, aproximadamente, 1.900 perícias, resultando na execução orçamentária no valor de R\$ 694.438,90.

GESTÃO DO PAGAMENTO DOS EXAMES DE DNA

Controle da execução do orçamento disponibilizado para pagamento dos exames de DNA.

Em 2019, foram realizados 3.685 exames de DNA, perfazendo a execução orçamentária no valor de R\$ 3.983.718,83. De janeiro a fevereiro de 2020, foram realizados 281 exames de DNA, perfazendo a execução orçamentária no valor de R\$ 57.772,04.

MELHORIAS NO SISTEMA AJ (AUXILIARES DA JUSTIÇA)

Melhoria na gestão de cadastro de peritos, tradutores e intérpretes, padronização dos procedimentos cadastrais, atualização da tabela de honorários e revisão das normas relacionadas ao sistema AJ, ações estas voltadas ao aprimoramento da gestão dos serviços auxiliares da Justiça de primeira instância.

VINCULAÇÃO DO NAT-JUS À CORREGEDORIA

Acompanhamento e gestão dos trabalhos desenvolvidos pelos médicos vinculados ao NAT-JUS, com o objetivo de emitir notas e pareceres técnicos, a fim de servir de subsídio para decisões referentes a pedidos de medicamentos e tratamentos de saúde, de forma mais célere e eficiente.

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SERVIDORES CEDIDOS AO TJMG POR OUTROS ÓRGÃOS

Acompanhamento do quadro de servidores cedidos ao TJMG por outros órgãos, como ferramenta de gestão interna, e controle dos limites estabelecidos na Resolução nº 719/2013 deste Tribunal, e observância à política de transparência adotada pelo TJMG.



OUTRAS AÇÕES DA COASA

- Orientação, padronização e fiscalização do uso do Sistema AJ.
- Procedimento licitatório para contratação de laboratório para realização de exames de DNA decorrentes de processos amparados pela gratuidade de justiça.
- Criação de novo fluxo de requisições de exames DNA por meio do SEI.
- Orientação, padronização e fiscalização das requisições de exames de DNA.



PLANEJAMENTO



IMPLANTAÇÃO DO DESDOBRAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Desdobramento do Planejamento Estratégico é uma iniciativa estratégica do TJMG, associada ao projeto “Aprimorar a Justiça”.

Foi implantada a metodologia para aprimorar a eficiência em 90 unidades judiciárias, com a melhoria da entrega jurisdicional.

REALIZAÇÃO DE VISITAS TÉCNICAS NAS UNIDADES JUDICIÁRIAS

Foram realizadas 28 visitas técnicas, visando prestar auxílio aos juízes de direito e servidores quanto às etapas do Desdobramento do Planejamento Estratégico, bem como a utilização de ferramentas de gestão.

ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS QUE IMPLANTARAM O DESDOBRAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – DPE

Melhor compreensão da metodologia do DPE, resultando na melhoria do desempenho das 155 unidades judiciárias acompanhadas na implementação do DPE.

Os dados a seguir demonstram o desempenho das unidades que implementaram a metodologia.

PLANILHA RESULTADOS DPE - JULHO/2018 A MARÇO/2020

Nº	Comarca	Unidade judiciária	Data do ECD	Acervo no ECD	Data da conclusão do 1º ciclo	Acervo final	Data da coleta do dado do *Acervo final*	% de evolução
2	Campos Gerais	Vara Única	8/10/2018	10.425	1/3/2020	9.514	jan/20	-8,74%
3	Carangola	1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude	21/11/2018	5.140	7/1/2020	4.864	jan/20	-5,37%
4	Elói Mendes	Vara Única	18/9/2018	9.691	23/9/2019	8.920	out/19	-7,96%
5	Formiga	1ª Vara Criminal, JIJ, Cartas Precatórias e Execuções Penais	23/11/2018	7.990	13/1/2020	7.396	nov/19	-7,43%
6	Guapé	Vara Única	30/11/2018	7.146	6/1/2020	5.953	dez/19	-16,69%
7	Igarapé	2ª Vara Cível, da Infância e da Juventude e Juizado Especial Criminal	21/8/2018	6.665	31/8/2019	5.838	ago/19	-12,41%
8	Itambacuri	Vara Cível	29/9/2018	5.576	28/10/2019	5.545	out/19	-0,55%

Nº	Comarca	Unidade judiciária	Data do ECD	Acervo no ECD	Data da conclusão do 1º ciclo	Acervo final	Data da coleta do dado do *Acervo final*	% de evolução
9	João Pinheiro	1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude	5/10/2018	8.483	7/1/2020	7.865	jan/20	-7,28%
10	Mateus Leme	2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais	3/10/2018	9.001	14/10/2019	8.001*	set/19	-11,10%
11	Itabira	2ª Vara Cível	7/01/2020	7.579	31/12/2020	7.417	fev/20	-2,13%
12	Tupaciguara	Vara Única	30/10/2018	9.331	25/11/2019	11.303	dez/19	21,00%
13	Alpinópolis	Vara Única	22/1/2019	6.606	3/2/2020	6.498	fev/20	-1,63%
14	Belo Horizonte	3ª Vara de Tóxicos	12/2/2019	4.151	18/2/2020	3.551	fev/20	-14,45%
15	Ribeirão das Neves	Vara de Execuções Criminais	10/2/2019	12.699	31/3/2020	14.127	dez/19	11,24%
16	Contagem	2ª Vara Cível	7/10/2019	9.863	14/10/2020	9.817	fev/20	-0,47%

Nº	Comarca	Unidade judiciária	Data do ECD	Acervo no ECD	Data da conclusão do 1º ciclo	Acervo final	Data da coleta do dado do *Acervo final*	% de evolução
17	Rio Novo	Vara Única	3/9/2018	3.635	24/10/2019	3.497	dez/19	-3,80%
18	Porteirinha	Vara Única	24/4/2018	8.925	14/8/2019	7.666	jul/19	-14,11%
19	Tombos	Vara Única	9/4/2019	7.842	21/4/2020	4.257	fev/20	-45,71%
20	Belo Horizonte	Central de Inquéritos Policiais	23/5/2019	50.180	1/6/2020	47.967	fev/20	-4,41%
21	Belo Horizonte	2ª Vara de Família	21/8/2019	4.565	6/10/2020	4.535	fev/20	-0,65%
22	Ipatinga	1ª Vara Cível	21/5/2019	9.516	2/6/2020	8.757	fev/20	-7,97%
22	João Pinheiro	2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais	27/5/2019	8.646	10/6/2020	7.575	fev/20	-12,38%
24	Varginha	3ª Vara Cível	1/7/2019	6.354	30/6/2020	4.929	fev/20	-22,42%
25	Uberlândia	2ª Vara de Família e Sucessões	24/6/2019	3.895	30/6/2020	3.302	fev/20	-15,22%
26	Uberlândia	3ª Vara de Família e Sucessões	24/6/2019	4.535	30/6/2020	4.174	fev/20	-7,96%

Nº	Comarca	Unidade judiciária	Data do ECD	Acervo no ECD	Data da conclusão do 1º ciclo	Acervo final	Data da coleta do dado do *Acervo final*	% de evolução
27	Uberlândia	1ª Vara Criminal	27/6/2019	7.082	7/7/2020	6.406	fev/20	-9,54%
28	Uberlândia	5ª Vara Cível	24/6/2019	5.213	24/6/2020	4.861	fev/20	-6,75%
29	Uberlândia	1ª Vara de Família e Sucessões	25/6/2019	3.549	30/6/2020	3.272	fev/20	-7,80%
30	Uberlândia	2ª Vara Criminal	25/6/2019	7.687	7/7/2020	6.170	fev/20	-19,73%
31	Uberlândia	7ª Vara Cível	25/6/2019	6.022	30/6/2020	5.478	fev/20	-9,03%
32	Uberlândia	10ª Vara Cível	25/6/2019	6.878	30/6/2020	6.100	fev/20	-11,31%
33	Uberlândia	4ª Vara Cível	25/6/2019	7.786	7/7/2020	7.143	fev/20	-8,25%
34	Uberlândia	4ª Vara Criminal	26/6/2019	5.514	30/6/2020	4.723	fev/20	-14,34%
35	Uberlândia	1ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias	25/6/2019	23.260	30/6/2020	13.973	fev/20	-39,92%
36	Uberlândia	1ª Vara Cível	5/7/2019	9.049	7/7/2020	7.789	fev/20	-13,92%
37	Uberlândia	9ª Vara Cível	26/6/2019	7.057	30/6/2020	6.851	fev/20	-2,92%
38	Uberlândia	Vara da Infância e da Juventude	26/6/2019	2.810	31/7/2020	2.336	fev/20	-16,87%
39	Uberlândia	2ª Vara Cível	27/6/2019	5.087	30/6/2020	5.150	fev/20	1,24%
40	Uberlândia	3ª Vara Cível	24/6/2019	7.563	30/6/2020	6.439	fev/20	-14,86%
41	Uberlândia	8ª Vara Cível	27/6/2019	7.896	30/6/2020	7.907	fev/20	0,14%

Nº	Comarca	Unidade judiciária	Data do ECD	Acervo no ECD	Data da conclusão do 1º ciclo	Acervo final	Data da coleta do dado do *Acervo final*	% de evolução
42	Uberlândia	5ª Vara de Família e Sucessões	27/6/2019	5.279	0/7/2020	4.936	fev/20	-6,50%
43	Uberlândia	2ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias	28/6/2019	22.216	7/7/2020	12.839	fev/20	-42,21%
44	Uberlândia	4ª Vara de Família e Sucessões	28/6/2019	3.800	7/7/2020	3.609	fev/20	-5,03%
45	Uberlândia	Coordenador Juizado Especial Cível e Criminal	27/6/2019	36.582	30/6/2020	37.698	fev/20	3,05%
46	Cataguases	Vara Criminal	29/5/2019	6.199	22/7/2020	4.430	fev/20	-28,53%
47	Uberaba	2ª Vara Criminal	28/8/2019	8.780	1/10/2020	8.332	fev/20	-5,10%
48	Belo Horizonte	9ª UJ JESP – 25º Juiz	11/7/2019	7.259	21/7/2020	5.113*	jan/20	-29,56%
49	Belo Horizonte	7ª Unidade Jurisdicional do JESP	23/8/2019	5.516	1/9/2020	3.539*	jan/20	-35,84%
50	Curvelo	1ª Vara Cível	11/9/2019	5.452	22/9/2020	5.297	fev/20	-2,84%

Nº	Comarca	Unidade judiciária	Data do ECD	Acervo no ECD	Data da conclusão do 1º ciclo	Acervo final	Data da coleta do dado do *Acervo final*	% de evolução
51	Curvelo	2ª Vara Cível	17/9/2019	6.200	30/9/2020	6.115	fev/20	-1,37%
52	Curvelo	Vara Criminal e da Infância e da Juventude	18/9/2019	10.332	30/9/2020	10.497	fev/20	1,60%
53	Curvelo	Vara de Execuções Penais, de Execuções Fiscais, de Acidentes do Trabalho e de Cartas Precatórias Criminais	19/9/2019	8.437	22/9/2020	8.016	fev/20	-4,99%
54	Vespasiano	1ª Vara Cível	20/8/2019	7.091	1/9/2020	6.518	fev/20	-8,08%
55	Vespasiano	2ª Vara Cível	22/8/2019	7.165	1/9/2020	6.804	fev/20	-5,04%
56	Ouro Preto	1ª Vara Cível	23/10/2019	3.624	3/11/2020	3.522	fev/20	-2,81%
57	Ouro Preto	2ª Vara Cível	24/10/2019	4.119	3/11/2020	4.042	fev/20	-1,87%
58	Ouro Preto	Unidade Jurisdicional do Juizado Especial	22/10/2019	3.317	3/11/2020	3.147	fev/20	-5,13%

Nº	Comarca	Unidade judiciária	Data do ECD	Acervo no ECD	Data da conclusão do 1º ciclo	Acervo final	Data da coleta do dado do *Acervo final*	% de evolução
59	Montes Claros	1ª Vara Cível	12/11/2019	4.449	18/11/2020	4.461	fev/20	0,27%
60	Montes Claros	2ª Vara Cível	5/11/2019	5.052	10/11/2020	5.066	fev/20	0,28%
61	Montes Claros	3ª Vara Cível	4/11/2019	6.402	17/11/2020	6.319	fev/20	-1,30%
62	Montes Claros	4ª Vara Cível	5/11/2019	6.991	17/11/2020	6.831	fev/20	-2,29%
63	Montes Claros	5ª Vara Cível	7/11/2019	6.312	10/11/2020	5.871	fev/20	-6,99%
64	Montes Claros	1ª Vara Criminal	7/11/2019	6.803	17/11/2020	6.938	fev/20	1,98%
65	Montes Claros	2ª Vara Criminal	6/11/2019	9.282	10/11/2020	9.264	fev/20	-0,19%
66	Montes Claros	1ª Vara Empresarial e de Fazenda Pública	5/11/2019	6.454	10/11/2020	6.317	fev/20	-2,12%
67	Montes Claros	2ª Vara Empresarial e de Fazenda Pública	31/10/2019	9.252	17/11/2020	8.864	fev/20	-4,19%
68	Montes Claros	1ª Vara de Família	5/11/2019	4.514	30/11/2020	4.380	fev/20	-2,97%
69	Montes Claros	2ª Vara de Família	5/11/2019	2.680	17/11/2020	2.473	fev/20	-7,72%
70	Montes Claros	Unidade Jurisdicional do Juizado Especial	6/11/2019	19.496	17/11/2020	20.744	fev/20	6,40%
71	Itajubá	1ª Vara Cível	26/11/2019	4.746	8/12/2020	4.815	fev/20	-1,45%

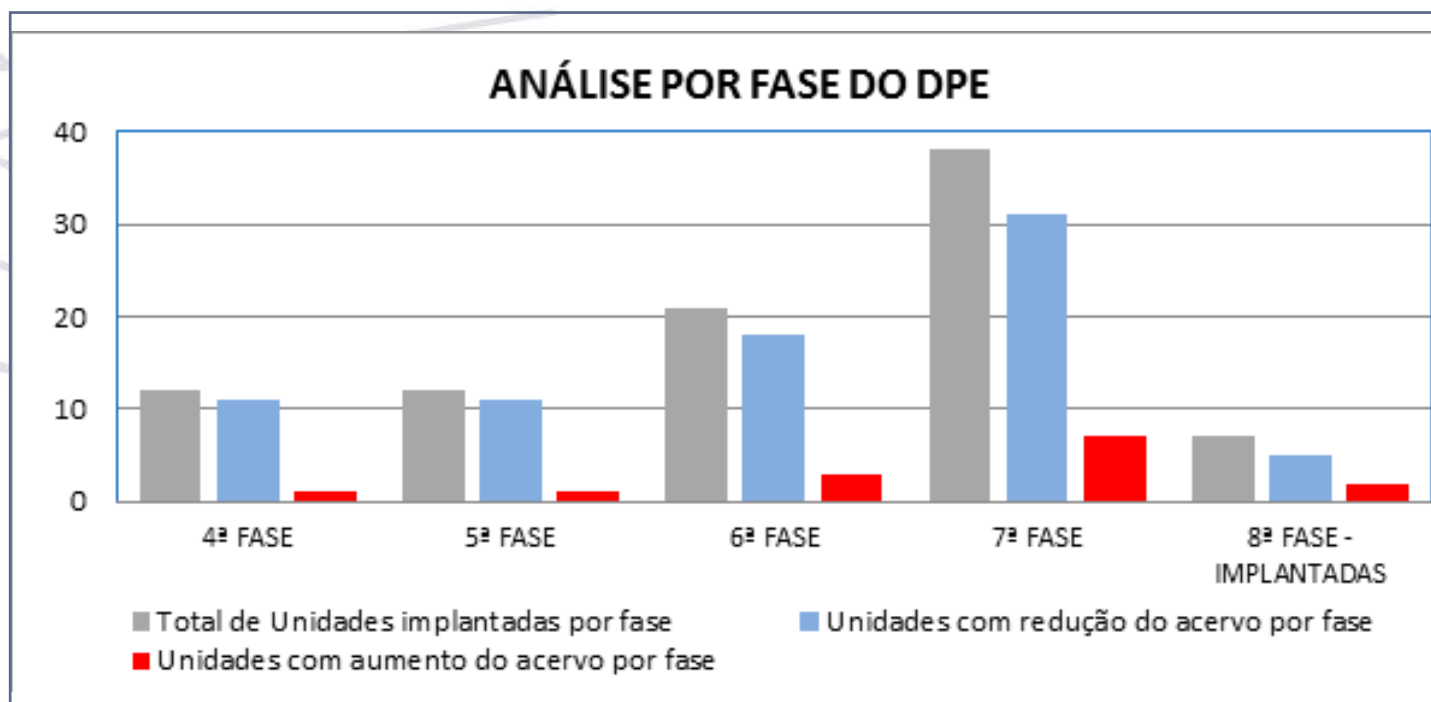
Nº	Comarca	Unidade judiciária	Data do ECD	Acervo no ECD	Data da conclusão do 1º ciclo	Acervo final	Data da coleta do dado do *Acervo final*	% de evolução
72	Itajubá	2ª Vara Cível	27/11/2019	4.006	26/11/2020	3.928	fev/20	-1,95%
73	Itajubá	3ª Vara Cível	26/11/2019	4.310	9/12/2020	4.144	fev/20	-3,85%
74	Itajubá	Vara Criminal e da Infância e da Juventude	28/11/2019	9.190	3/2/2021	9.030	fev/20	-1,74%
75	Itajubá	Unidade Jurisdicional do Juizado Especial	28/11/2019	3.735	9/1/2021	3.658	fev/20	-2,06%
76	Formiga	1º Vara Cível	10/12/2019	7.405	31/12/2020	7.290	fev/20	-1,55%
77	Formiga	Unidade Jurisdicional do Juizado Especial	13/12/2019	5.873	6/01/2021	6.344	fev/20	8,01%
78	Formiga	Vara de Família e Sucessões	9/12/2019	2.136	8/12/2020	2.159	fev/20	1,08%
79	Formiga	2ª Vara Cível	10/12/2019	7.594	9/12/2020	7.503	fev/20	-1,20%
80	Itapecerica	Vara Única	12/12/2019	4.426	11/12/2020	4.425	fev/20	-0,02%
81	Juiz de Fora	1ª Vara Cível	14/11/2019	5.874	31/12/2020	5.807	fev/20	-1,14%
82	Juiz de Fora	2ª Vara Cível	26/11/2019	7.287	25/11/2020	7.269	fev/20	-0,24%
83	João Monlevade	1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude	5/12/2019	5.978	31/12/2020	5.881	fev/20	-1,62%

Nº	Comarca	Unidade judiciária	Data do ECD	Acervo no ECD	Data da conclusão do 1º ciclo	Acervo final	Data da coleta do dado do *Acervo final*	% de evolução
84	Nova Resende	Vara Única	19/2/2020	6.806	1/3/2021	6.653	fev/20	-2,25%
85	Rio Pomba	Vara Única	4/3/2020	6.443	15/3/2021	6.223	fev/20	-3,41%
86	Serro	Vara Única	13/2/2020	6.944	1/3/2021	6.860	fev/20	-1,21%
87	Candeias	Vara Única	12/3/2020	4.656	30/3/2021	4.662	fev/20	0,13%
88	Poço Fundo	Vara Única	9/3/2020	6.254	9/3/2021	6.245	fev/20	-0,14%
89	São Domingos do Prata	Vara Única	13/3/2020	5.714	1/4/2021	5.595	fev/20	-2,08%
90	Iguatama	Vara Única	9/3/2020	2.556	30/3/2021	2.611	fev/20	2,15%

Legenda

- 4ª FASE - 2º semestre de 2018: **12 UNIDADES**
- 5ª FASE - 1º semestre de 2019: **12 UNIDADES**
- 6ª FASE - Uberlândia - 24 a 28 de junho de 2019: **21 UNIDADES**
- 7ª FASE - 2º SEMESTRE DE 2019: **38 UNIDADES**
- 8ª FASE -1º SEMESTRE DE 2020 – IMPLANTADAS: **7 UNIDADES**

ANÁLISE POR FASE DO DPE



CRIAÇÃO DAS INSTRUÇÕES-PADRÃO DE TRABALHO DO SISTEMA AJ PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DNA

Criação e disponibilização de 39 (trinta e nove) IPTs que padronizam o fluxo de tramitação dos exames de DNA no sistema SEI.

CRIAÇÃO DAS INSTRUÇÕES-PADRÃO DE TRABALHO DO CEJUSC DA CAPITAL E DO INTERIOR

Elaboração de 18 IPTs que padronizam e orientam sobre os procedimentos do CEJUSC.

ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE MATERIAIS INSTITUCIONAIS: FERRAMENTAS DE GESTÃO, GUIAS PARA UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS E PAINÉIS DE DADOS, COLABORAÇÃO NA CRIAÇÃO E NO APERFEIÇOAMENTO DO PAINEL DE APOIO AO PLANEJAMENTO E À FISCALIZAÇÃO

Melhoria da qualidade das ferramentas de gestão que se encontram permanentemente atualizadas, proporcionando segurança ao usuário final.



PARTICIPAÇÃO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL PARA MAGISTRADOS PROMOVIDOS PELA EJEF

Auxílio na dinâmica da CGJ no painel “Desdobramento do Planejamento Estratégico” e produção de materiais de apoio para o evento.

COLABORAÇÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL APLICADA – AJA (EAD)

Elaboração dos exercícios dos módulos de gestão da mudança, modelo de gestão: implantação e execução, organização do trabalho na unidade judiciária, desdobramento do Planejamento Estratégico e Gestão de pessoas na unidade judiciária (indicação de texto).

ENCONTROS REGIONAIS DA CORREGEDORIA (ENCOR)

- 25º ENCOR – 5ª Região. Uberlândia



Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/25o-encontro-da-corregedoria-comeca-em-uberlandia.htm#.Xp5e0y2b70Q>

• 26º ENCOR – 4ª Região. Pouso Alegre



Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/institucional/corregedoria/noticias/encontro-da-corregedoria-foca-em-atividades-praticas.htm#.Xp5fNS2b7OQ>

• 27º ENCOR – 6ª Região. Montes Claros



Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/encontro-da-corregedoria-capacita-69-juizes.htm#.Xp5eNy2b70Q>

• 28º ENCOR – 3ª Região. Ipatinga



Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/encontros-da-corregedoria-focam-na-gestao.htm#.Xp5d3S2b70Q>

O ENCOR é realizado em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes –EJEF – e foi credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM.

Foram realizados 4 (quatro) encontros, sendo que o 29º ENCOR, previsto para ocorrer em Belo Horizonte, no período de 18 a 20 de março de 2020, foi suspenso, devido à pandemia do coronavírus.

Nesses encontros, foram utilizadas metodologias ativas para envolver os juízes de direito em debates sobre gestão de pessoas, planejamento estratégico, direção do foro compartilhada, interinidade nos serviços extrajudiciais, além de questões práticas do cotidiano forense, tais como bens apreendidos, demandas predatórias, redes sociais e sistema AJ (banco de peritos).



ESTATÍSTICA

PAINÉIS ESTRATÉGICOS NA REDE TJMG

Criação, disponibilização e acompanhamento de painéis estratégicos na Rede TJMG, por meio da ferramenta *Qlik sense*, contendo diversos dados estatísticos afetos à Justiça de 1ª instância.

GERAÇÃO DE RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS DIVERSOS

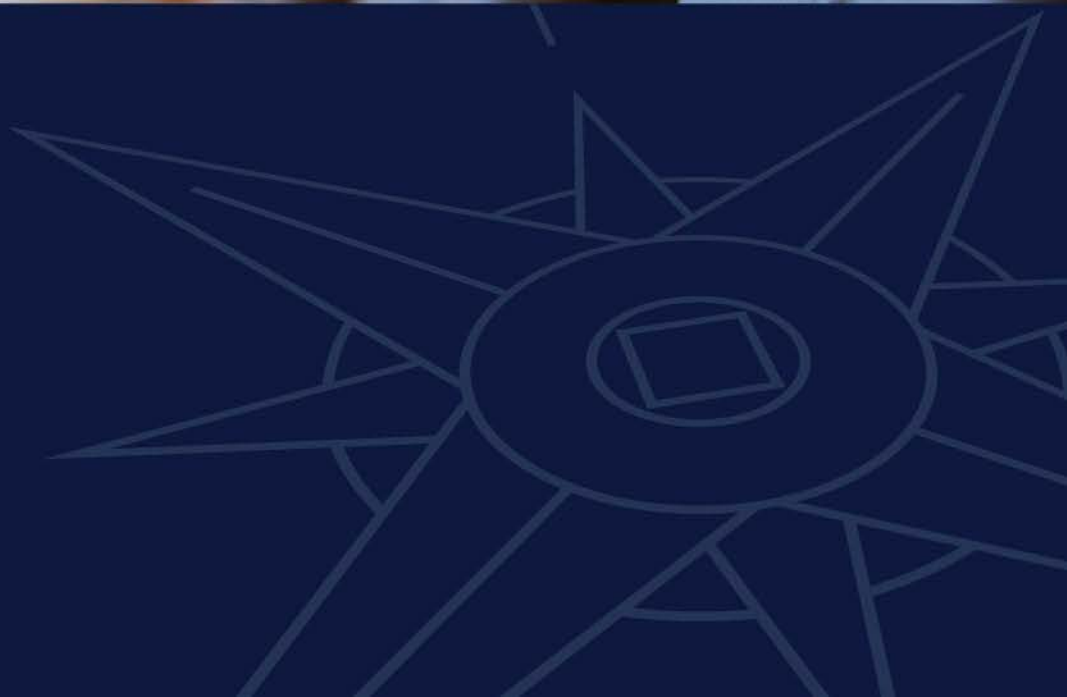
Auxílio na gestão do acervo processual das unidades judiciárias de 1ª instância.

Apoio no planejamento e fiscalização da movimentação processual da 1ª instância e acompanhamento do Índice de Monitoramento de Receitas.

Desde o início da gestão até o início de abril de 2020, foram realizados 1.306 (mil trezentos e seis) levantamentos estatísticos pelo CEJUR.



DIRETORIA CORREICIONAL



CRONOGRAMA DE DESTINAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES

A ação foi acompanhada durante toda a gestão, com atuações pontuais.

ESFORÇO CONCENTRADO PARA MELHORAR O IPC-JUS DO TRIBUNAL

Em todo o estado de Minas Gerais, no período compreendido entre maio de 2019 e janeiro de 2020, foram baixados 14.285 processos que se enquadravam em alguma das 13 hipóteses definidas pela Corregedoria-Geral de Justiça, representando uma redução de 42% no acervo apurado inicialmente.

Também foram julgados 3.644 processos criminais que estavam aptos ao reconhecimento da extinção da punibilidade, em razão do falecimento do acusado ou imputado como autor do fato, de acordo com lista de eleitores falecidos fornecida pelo TRE/MG, representando uma redução de 37% no acervo apurado inicialmente.

MUTIRÃO DE BAIXAS E JULGAMENTOS



BAIXAS PROCESSUAIS

Acervo em maio de 2019 = **34.003**
Acervo em janeiro de 2020 = **19.718**

Redução de **42%**

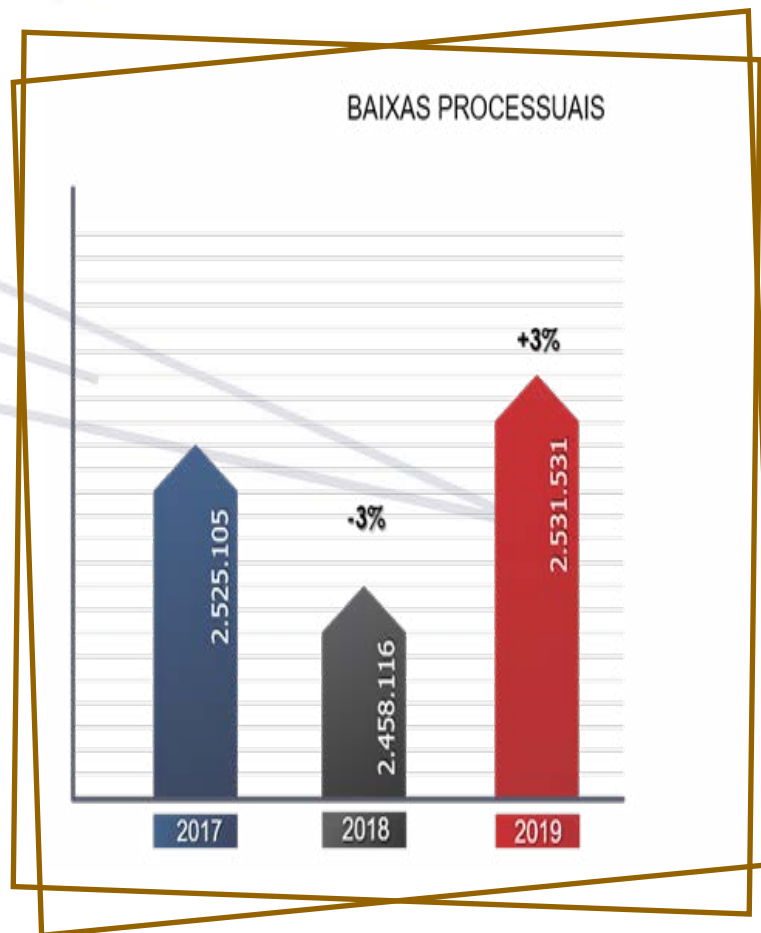
PROCESSOS JULGADOS

Acervo em maio de 2019 = **9.743**
Acervo em janeiro de 2020 = **6.099**

Redução de **37%**

EVOLUÇÃO DAS BAIXAS PROCESSUAIS NO TJMG

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais realizou **2.531.531** baixas processuais no ano de 2019, representando um aumento de 3% em relação ao período anterior.



REGULAMENTAÇÃO DO AJUSTAMENTO DISCIPLINAR NO ÂMBITO DO TJMG

Finalizou-se a proposta de instituição do Ajustamento Disciplinar, como medida alternativa à eventual instauração de processo administrativo disciplinar, em infrações disciplinares com reduzido potencial de lesividade.

A proposta foi aprovada pelo Comitê de Assessoramento e Deliberação da Corregedoria, aos 9/12/2019 (0074066-50.2019.8.13.0000), tendo sido encaminhada à SESPRES, para submissão à Comissão de Organização e Divisão Judiciárias.

APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

- Instalação de novas unidades judiciárias nas comarcas de São Gotardo (Res. 885/2019), Contagem (Res. 890/2019), Ipanema (Res. 891/2019), Nova Serrana (Res. 896/2019), Esmeraldas (Res. 897/2019), Patos de Minas (Res. 898/2019), Uberlândia (Res. 901/2019), Barbacena (Res. 902/2019) e Betim (Res. 904/2019).
- Alteração de competência de varas nas comarcas de Belo Horizonte (Res. 888/2019), Contagem (Res. 894/2019) e Pouso Alegre (Res. 903/2019).
- Outros estudos: Conselheiro Lafaiete, Uberaba, Itaúna, Itajubá, Ubá, São Sebastião do Paraíso, Igarapé, Vespasiano, Nova Serrana, Ipatinga, Itabira, Patrocínio, Unaí, Pirapora, Montes Claros, Araguari, João Monlevade, Manhuaçu, Governador Valadares, Juiz de Fora, Formiga, Campo Belo, Ribeirão das Neves.



Foto: Mônica de Moura/TJM6

Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/comarca-de-patos-de-minas-ganha-4-vara-civel.htm#.XqEig2hKgdU>

MONITORAMENTO DO PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DAS METAS CNJ – COMUNICAÇÕES AUTOMÁTICAS

A funcionalidade começou a ser desenvolvida pela equipe técnica da COSAD/DIRFOR, em meados de novembro de 2019, e o projeto-piloto de envio do informativo às unidades judiciárias inicialmente selecionadas teve início em 16/1/2020 (Proc. SEI nº 0133275-47.2019.8.13.0000).

Espera-se que, por meio de comunicação periódica às unidades judiciárias (via e-mail), possa haver um acompanhamento mais pontual acerca do cumprimento das Metas Nacionais.

CORREIÇÃO ORDINÁRIA GERAL

A Corregedoria-Geral de Justiça realizou a correição ordinária na Comarca de Belo Horizonte, nos meses de janeiro a março de 2019 e 2020, com o objetivo de verificar a regularidade de serviços, apurar denúncias, reclamações e sugestões sobre a execução dos serviços do foro judicial, dos juizados especiais, dos serviços notariais e de registro, dos serviços da justiça de paz, da polícia judiciária e dos presídios das comarcas.

No interior do estado, a correição ordinária é realizada pelo diretor do foro, com auxílio das unidades ligadas à Diretoria Executiva da Atividade Correicional e envio dos relatórios por meio do Sistema de Correição Ordinária – SISCOR.



Foto: Robert Leal/TMG

Fonte: <http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/comecou-hoje-a-fiscalizacao-da-corregedoria-geral-de-justica.htm#.XqEELmhKgdU>



Fonte: <https://amagis.com.br/posts/tjmg-instala-trabalhos-da-correicao-ordinaria-geral>



FISCALIZAÇÃO



COFIJ

Coordenação de Apoio a Orientação e Fiscalização do Foro Judicial

PLANO DE FISCALIZAÇÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS

- Foram realizadas correições extraordinárias e inspeções técnicas em 169 unidades judiciárias (cerca de 20% do total).
- Também foram realizadas 1.105 inspeções remotas, por meio de levantamento de dados estatísticos.
- Ainda foram arquivadas 187 correições extraordinárias que se achavam em andamento.
- Na correição ordinária geral, todas as comarcas de Minas Gerais enviaram um total de 2.548 formulários eletrônicos, via SISCOR.
- Resultado: Diminuição do número de processos conclusos e aumento da produtividade dos juízes de Direito.

ORIENTAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS JUDICIAIS

No período de julho/2018 a 26/3/2020, estima-se tenham sido respondidos cerca de 15.786 (quinze mil, setecentos e oitenta e seis) consultas que aportaram na GEFIS, por meio eletrônico (e-mails), além das inúmeras informações prestadas por telefone e das consultas formalizadas nos processos em trâmite na COFIJ.

TRAMITAÇÃO PROCESSUAL (NÃO COMPUTADOS PROCESSOS FÍSICOS)

- Processos em tramitação: 3.378
- Concluídos: 2.911
- Documentos gerados: 13.079
- Documentos externos: 9.699
- Acervo: 201
- Duração media de tramitação: 26 dias, 15 h, 22 min, 41 s

TRAMITAÇÃO PROCESSUAL NA COFIJ (NÃO COMPUTADOS PROCESSOS FÍSICOS)

- Processos com tramitação: 14.859
- Concluídos: 14.088
- Documentos gerados: 11.395
- Documentos externos: 26.429
- Acervo: 544
- Duração media de tramitação: 12 dias, 9 horas, 31 min, 55 s

ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

- Foram eliminados 477 processos físicos, distribuídos em 107 caixas-arquivo.

ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS NA COFIJ

- Foram eliminados 4.063 processos físicos, distribuídos em cerca de 200 caixas-arquivo.

TRATAMENTO E ATUALIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS

- Saneamento das interações provisórias superiores a 45 dias
- Regularização do Cadastro de Réus Estrangeiros
- Correção de CNPDPs retiradas de consulta pública sem cancelamento
- Esforço concentrado para integração do BEMP e BNMP 2.0
- Cadastramento de repercussão geral nos processos relacionados à morte de fiscais em Unai e ao rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho

UNIFORMIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- Atualização e padronização do Relatório de Fiscalização
- Reuniões mensais de nivelamento técnico permanente

- Banco de precedentes das decisões administrativas sobre o foro judicial
- Banco de boas práticas observadas durante as fiscalizações do foro judicial
- Resultados: melhoria do desempenho da equipe de fiscalização, otimização da força de trabalho e redução do prazo na entrega dos relatórios

SISTEMA DE AGENTES VOLUNTÁRIOS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

- Elaborado projeto e enviado à DIRFOR para desenvolvimento da melhoria da ferramenta de credenciamento de agentes voluntários de proteção à criança e ao adolescente.

RECEITA DO FORO JUDICIAL

Inerente à fiscalização do foro judicial, foi apurado, no ano de 2019, uma arrecadação de R\$ 217.808.749,03, a título de custas judiciais, despesas processuais e taxa judiciária, representando um aumento de 5% em relação ao período anterior.

Receitas do Foro Judicial

(Jan/2019 a Dez/2019)





FISCALIZAÇÃO SERVIÇOS NOTARIAIS



COFIR

Coordenação de Apoio a Orientação e Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro

COREF

Coordenação de Registros Funcionais e de Sistemas dos Serviços Notariais e de Registro

IMPLANTAÇÃO DO SELO DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICO PARA OS ATOS DE AUTENTICAÇÃO E RECONHECIMENTO DE FIRMA, EM 1.778 SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

A Portaria nº 6.137/CGJ/2019 implantou o Selo de Fiscalização Eletrônico para os atos de reconhecimento de firma e autenticação, em 1.178 serventias extrajudiciais, gerando uma economia anual de aproximadamente R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) aos cofres públicos, relativos aos gastos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais com a aquisição dos selos físicos.

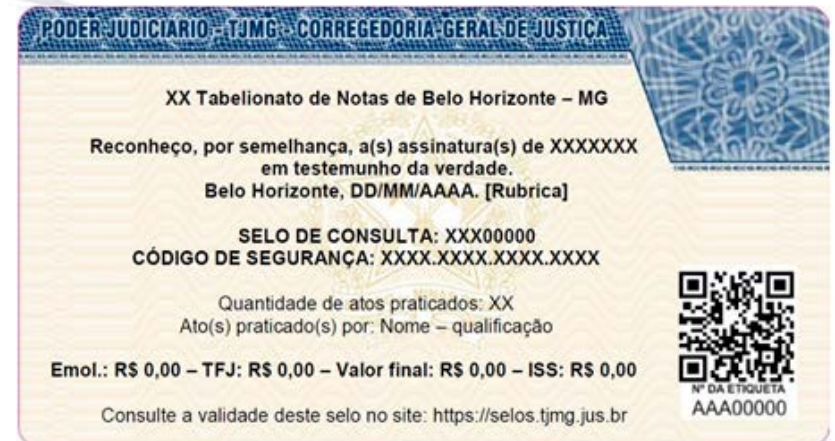
O Selo de Fiscalização Eletrônico constitui importante ferramenta de verificação da autenticidade dos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, além de permitir um maior controle do recolhimento da taxa de fiscalização judiciária, que pode ocorrer de forma remota, com maior agilidade, eficiência e economia para o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Por conter diversas informações sobre os atos praticados e diversos requisitos de segurança, conforme previsto na Portaria Conjunta nº 09/2012/CGJ/TJMG/SEF-MG, o selo eletrônico também dificulta fraudes em documentos e no recolhimento da taxa de fiscalização judiciária.

A implantação do Selo de Fiscalização Eletrônico permitiu a inclusão do QR Code na estampa dos selos, o que facilita a consulta pelo cidadão, garantindo maior segurança e transparência aos atos praticados.



Fonte: https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/selo-eletronico-sera-usado-em-autenticacoes-e-outros-servicos-1.htm#.Xpc_2PhKjIW



FISCALIZAÇÃO DO RECOLHIMENTO DOS VALORES QUE EXCEDEM O TETO REMUNERATÓRIO DOS INTERINOS

No segundo semestre de 2018, foi realizada uma revisão nos procedimentos de fiscalização das serventias vagas, que contribuiu para um aumento expressivo na arrecadação dos valores que excedem o teto remuneratório.

Houve uma rigorosa fiscalização nas despesas realizadas pelas serventias vagas, com rejeição de diversas despesas desnecessárias ao bom funcionamento dos serviços notariais e de registro, além da revisão dos procedimentos de recolhimento de Imposto de Renda e Imposto Sobre Serviço.

Além do efetivo aumento na arrecadação, foram remetidos diversos expedientes à Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais – AGE– buscando o ressarcimento dos valores não recolhidos pelos interinos ao Fundo Especial do Poder Judiciário.

Como resultado, no período de julho de 2018 a março de 2019, houve uma arrecadação de R\$ 62.639.197,72.

A média mensal de R\$ 2.982.818,94 representa um aumento de 102%, se comparada à média mensal apurada no período anterior.

ARRECAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR EXCEDENTE
AO TETO DOS INTERINOS



R\$ 62.639.197,72

Aumento de

102%

em relação à média mensal
apurada no período anterior.

ARRECAÇÃO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA

A Corregedoria-Geral de Justiça possui a atribuição da fiscalização da arrecadação da Taxa de Fiscalização Judiciária – TFJ, nos termos da Lei Estadual nº 15.424/2004.

No período de julho de 2018 a março de 2020, houve uma arrecadação de TFJ no valor de R\$ 1.280.298.064,30, com uma média mensal de quase 61 milhões de reais, representando um aumento superior a 16% em relação à média mensal apurada no período anterior.

Vinculada à atividade de fiscalização dos serviços notariais e de registro, no exercício da atividade disciplinar, no período de julho de 2018 a março de 2020, foram recolhidos R\$ 1.088.768,91 a título de multa administrativa disciplinar aplicada em processos administrativos disciplinares instaurados em face de notários e registradores.

ARRECADAÇÃO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA

R\$ 1.280.298.064,30

Aumento de **16%** em
relação à média mensal apurada
no período anterior.

Valor Arrecadado com Multa
Administrativa Disciplinar

R\$ 1.088.768,91



VALORES ARRECADADOS PELO EXTRAJUDICIAL julho/2018 a março/2020

Natureza	Valor	Média Mensal
Taxa de Fiscalização Judiciária	R\$ 1.280.298.064,30	R\$ 60.966.574,49
Multa Administrativa Disciplinar	R\$ 1.088.768,91	R\$ 51.846,14
Excedente ao Teto dos Interinos	R\$ 62.639.197,72	R\$ 2.982.818,94
Total	R\$ 1.344.026.030,93	R\$ 64.001.239,57

Fonte: SISNOR

REVISÃO DO MÓDULO RECEITAS E DESPESAS

A partir do aprimoramento da fiscalização das serventias vagas e do recolhimento dos valores que excedem ao teto remuneratório, foram realizados estudos que resultaram na criação de demanda na DIRFOR, para implantação de novas funções no módulo "receitas e despesas".

As adequações no sistema já foram iniciadas pela DIRFOR, e estão sendo realizadas reuniões periódicas para conclusão do projeto, que visa otimizar a fiscalização das receitas e despesas das serventias vagas e consequente aumento na arrecadação dos valores referentes ao excedente ao teto remuneratório dos interinos.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS PARA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

A Corregedoria-Geral de Justiça, em parceria com a EJEJ, realizou duas edições do Curso de Capacitação de Auxiliares de Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro – CAFIS – nos meses de novembro e dezembro de 2018 e 2019, contemplando, em cada edição, servidores das 296 comarcas do estado de Minas Gerais.

No mês de novembro de 2019, foram ministrados módulos do Curso de Formação Inicial – CFI –, relacionados aos serviços notariais e de registro, contemplando 70 novos magistrados para atuarem com a orientação e fiscalização de serventias em diversas comarcas do estado de Minas Gerais.



Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/ejef-promove-capacitacao-de-servidores-para-a-fiscalizacao-de-cartorios.htm#!>



Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/institucional/corregedoria/noticias/corregedoria-e-ejef-capacitam-servidores-para-fiscalizar-cartorios.htm#.XqEBHmhKgdU>

ORIENTAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS

No período de 1º/7/2018 a 31/3/2020, tramitaram, nos setores ligados ao extrajudicial, cerca de 15.250 processos (físicos e eletrônicos). Nos eletrônicos, foram realizadas 25.664 manifestações, entre decisões, pareceres, despachos etc., bem como foram juntados, para sua instrução, 32.691 documentos externos, além das inúmeras informações prestadas por telefone.

No período de 1º/7/2018 a 31/3/2020, a GENOT atendeu uma média de 4.000 demandas pelo e-mail GENOT. atendimento@tjmg.jus.br.

Já a COREF, no mesmo período, atendeu mais de 24.000 demandas pelos e-mails coref@tjmg.jus.br e selo@tjmg.jus.br, além de realizar, aproximadamente, 20.000 atualizações cadastrais das mais de 3.000 serventias do estado.

PLANO DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

A equipe da GENOT realizou inspeções técnicas em 73 comarcas, abrangendo 530 serventias extrajudiciais (cerca de 18% do total).

Na correição ordinária geral de 2019, todas as 3.002 serventias extrajudiciais do estado de Minas Gerais foram fiscalizadas, sendo os relatórios das comarcas do interior cadastrados pela direção do foro, no Sistema de Correição Ordinária – SISCOR.

REVISÃO DO PROVIMENTO Nº 260/CGJ/2013

Visando atualizar a normativa estadual relacionada aos serviços notariais de registro, foi publicada a Portaria Conjunta nº 851/PR/2019, constituindo grupo especial de trabalho, para apresentação de proposta de revisão do Provimento nº 260/CGJ/2013, que codifica os atos normativos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, relativos aos serviços notariais e de registro.

Foram criadas subcomissões relacionadas a cada especialidade de serviço notarial e registral, que apresentaram suas propostas de revisão, estando o projeto em fase de aprovação da versão final.

REVISÃO DOS FORMULÁRIOS DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

Nos anos de 2018 e 2019, foram realizadas revisões dos formulários disponibilizados no Sistema de Correição Ordinária – SISCOR. Os formulários foram otimizados com a junção e reestruturação das questões, tornando-os mais didáticos e objetivos, além de propiciar uma redução de aproximadamente 30% no número de questões.

No ano de 2020, visando maior transparência na fiscalização, os formulários foram disponibilizados no site do TJMG, na página relacionada aos serviços extrajudiciais.

PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

A Corregedoria-Geral de Justiça, em cumprimento ao disposto no artigo 300-H da Lei Complementar nº 59/2001, realizou estudo socioeconômico dos serviços notariais e de registro que se encontram vagos, resultando na proposta de extinção de 375 (trezentos e setenta e cinco) serventias localizadas em distritos e que são consideradas deficitárias, realizando a anexação provisória de diversas serventias.

Na ocasião, os processos foram remetidos à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para encaminhamento de proposta de projeto de lei para extinção desses cartórios.

PROVIMENTO DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

Em 2019, foram providas 26 serventias de notas e de registro, com a entrada em exercício dos candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 2/2015.



Foto: Eric Bezerra / TJMS

Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/institucional/corregedoria/noticias/aprovados-em-concurso-assumem-14-serventias-extrajudiciais.htm#.XqEWsGhKgDU>

BANCO DE PRECEDENTES DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS SOBRE OS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

No final de 2018, foi implementado o Banco de Precedentes das decisões administrativas sobre os serviços notariais e de registro, o qual foi divulgado pelo Aviso nº 43/CGJ/2019, e até 31 de março de 2020 foram cadastrados 487 decisões e pareceres, possibilitando que magistrados, servidores, notários, registradores e o público em geral tenham acesso às decisões da Corregedoria-Geral de Justiça relacionadas aos serviços notariais e de registro.

IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE INTERLIGADA NO INSTITUTO MÉDICO LEGAL – IML

Em razão da urgência das demandas dos registros de óbitos ocorridos por causa da calamidade decorrente do rompimento da barragem de rejeitos “Mina Córrego do Feijão”, no Município de Brumadinho, a Corregedoria-Geral de Justiça atuou ativamente para implantação de unidade interligada de Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, nas dependências do Instituto Médico Legal do Município de Belo Horizonte.

A Portaria Conjunta nº 9/PR-TJMG/2019 regulamentou a implantação da unidade interligada de forma emergencial, sendo a implantação definitiva regulamentada pelo Provimento nº 362/CGJ/2019.

Na unidade interligada, são realizados registro de óbito, emissão da respectiva certidão e demais comunicações obrigatórias.

Essa medida contribuiu para a celeridade e a humanização do procedimento de registro do óbito e a consequente liberação do corpo para cremação ou sepultamento.



Fontes: <https://www.itatiaia.com.br/noticia/tempo-de-identificacao-de-vitimas-no-impl-depe> e <http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/certidao-de-obito-sera-emitida-no-instituto-medico-legal-de-bh.htm#.XpdKKfhKjIU>

PROJETO-PILOTO PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E VIDEOCONFERÊNCIA EM ATOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

A Portaria nº 6405/CGJ/2020 instituiu o projeto-piloto para a recepção de requisições e para a realização de atos notariais e de registro em meio digital.

Os trabalhos estão sendo realizados no 7º Tabelionato de Notas e nos cartórios dos distritos do Barreiro e Venda

Nova, onde os usuários podem requisitar a prática de atos notariais digitalmente, como escrituras de compra e venda, procurações, celebração de casamentos, registros de óbitos, dentre outros diversos serviços.

Durante os procedimentos, podem ser realizadas videoconferências com as partes, visando dirimir eventuais dúvidas, aferir a identidade, a capacidade e a livre manifestação da vontade das partes, inclusive para a celebração de casamento.



Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/porta-tjmg/noticias/casamento-civil-podera-ser-feito-por-videoconferencia.htm#.Xqbk4GhKjIU>

CUMPRIMENTO DAS METAS DO CNJ PARA O EXTRAJUDICIAL PARA O ANO DE 2018

A Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais cumpriu as 20 metas para os serviços extrajudiciais, sendo agraciada com o Certificado de Eficiência do Serviço Extrajudicial, em sua primeira edição, conforme previsto no Provimento nº 79/CNJ/2018.

O prêmio foi concedido depois da inspeção técnica realizada em agosto de 2019 pela Corregedoria Nacional de Justiça.





Foto Divulgação

Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/corregedoria-geral-de-justica-e-premiada-pelo-cnj.htm#.XqHKqshKjIU>



Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/corregedoria-geral-de-justica-e-premiada-pelo-cnj.htm#.XqHKqshKjIU>

COADIS

Coordenação de Apoio e Controle das Sindicâncias e dos
Processos Administrativos Disciplinares

ATIVIDADE DISCIPLINAR

- Procedimentos decorrentes do exercício da função disciplinar na secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça, nos órgãos de jurisdição e nos órgãos auxiliares da justiça de primeiro grau e nos serviços notariais e de registro do estado, nas hipóteses de descumprimento dos deveres e das obrigações legais e regulamentares.
- Penalidades aplicadas pelo Corregedor-Geral e/ou sugeridas ao presidente do TJMG: 78.
- Informações prestadas pelo Corregedor-Geral à Comissão de Promoção: 24.
- Sindicâncias instauradas em face de servidor: 26.
- Sindicâncias instauradas em face de notário/registrador: 7.
- Sindicâncias instauradas para apuração de fato/irregularidade: 27.
- Processos Administrativos Disciplinares instaurados em face de servidor: 34.
- Processos Administrativos Disciplinares instaurados em face de notário/registrador: 22.
- Procedimentos remetidos ao Órgão Especial com proposta de instauração de processo administrativo em face de juiz de Direito: 4.
- Comunicação de instauração de sindicância/processo administrativo disciplinar pelo juiz diretor do foro das comarcas do interior: 655.

ELABORAÇÃO DO MANUAL DE SINDICÂNCIA E PAD

O Manual foi elaborado pela equipe da GEDIS/COADIS e submetido às áreas técnicas do TJMG para sugestões, tendo como objetivo ordenar e orientar a execução das atividades disciplinares, com observância dos preceitos da Constituição Federal, da Lei Complementar estadual nº 59/2001 e da Resolução TJMG nº 651/2010.

70 ANOS DA CORREGEDORIA

Em 10/12/2018 foram celebrados 70 anos da Corregedoria-Geral de Justiça.

As comemorações iniciaram com a exposição de móveis e objetos históricos realizada no saguão do prédio da Rua Goiás. Em seguida, foi realizada a palestra "Comunicação Não Violenta", destinada a todos os colaboradores da Casa Correicional.

No fim da tarde, uma solenidade com a presença de toda a alta administração do TJMG, bem como ex-Corregedores, inaugurou o Salão Nobre Desembargador José Francisco Bueno.

Na ocasião, o Corregedor-Geral de Justiça, Des. José Geraldo Saldanha da Fonseca destacou sua gratidão por estar à frente da Casa Correicional no momento em que se celebram 70 anos de trajetória, rememorando sua ligação anterior com a CGJ, de 1999 a 2001, quando foi juiz corregedor. "Nesse período, 38 magistrados me antecederam na liderança da Corregedoria, muitos dos quais mereceriam estar na minha posição. É uma alegria participar dessa comemoração, pois, muitos anos depois, retorno para me surpreender com o gigantismo das atribuições desse órgão, que tem a responsabilidade sobre todo o primeiro grau de jurisdição e os serviços notariais e de registro."

Corregedoria-Geral
de Justiça MINAS GERAIS
BRASIL

70 *anos*



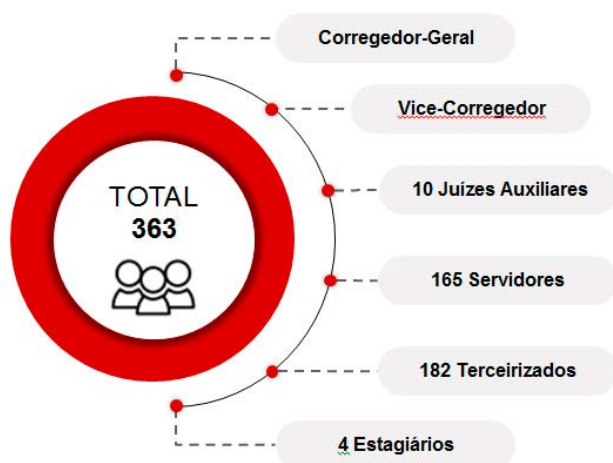


Foto: Robert Leal / TJMG

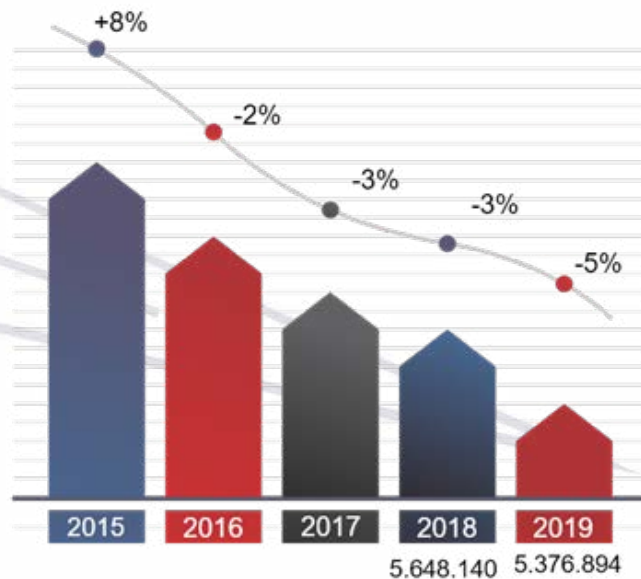


CORREGEDORIA EM NÚMEROS

CORREGEDORIA EM NÚMEROS



ACERVO TOTAL DE FEITOS ATIVOS



Redução do Acervo
(2018/2019)

-5%

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2018-2020

Corregedor-Geral de Justiça

Desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca

Vice-Corregedor-Geral de Justiça

Desembargador Jayme Silvestre Corrêa Camargo

Superintendência Adjunta de Planejamento da Secretaria da CGJ

Juíza Lívia Lúcia Oliveira Borba

Superintendência Adjunta dos Serviços Administrativos e dos Órgãos de Jurisdição de Primeiro Grau, conforme regiões administrativas da CGJ

1ª Região e Direção do Foro da Comarca de Belo Horizonte

Juiz Christyano Lucas Generoso

2ª Região

Juiz Adriano Zocche

3ª Região

Juiz Eduardo Gomes dos Reis

4ª Região

Juiz Guilherme Sadi

5ª Região

Juiz Eduardo Henrique de Oliveira Ramiro

6ª Região

Juiz Henrique Oswaldo Pinto Marinho

Juiz Leonardo Vieira Rocha Damasceno

Superintendentes adjuntos dos serviços notariais e de registro do estado de Minas Gerais

Juíza Aldina de Carvalho Soares

Juiz João Luiz Nascimento de Oliveira

Juiz Paulo Roberto Maia Alves Ferreira

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2018-2020

Assessoria Judiciária – ASJUD

Assessora Juliana Ramalho Fonseca

Assessora Karine de Magalhães Gomes

Assessoria Jurídica – ASJUR

Assessora Gisela Pereira Resende Vilela

Assessora Karina Monteiro de Senna

Assessora Maíra Cesar Martins

Assessora Marielice Rosa de Oliveira Moraes

Assessora Valéria Cardoso Mendes Bezerra Fraiha

Assessoria Técnico-Jurídica dos Juízes Auxiliares da Corregedoria – ASFIJ

Assessora Ana Paula Sampaio d'Andréa

Assessora Larissa Ribeiro Salles Moura

Assessor Marcelo Biagioni Nascimento Lana

Assessora Marianna Vieira Rodrigues Maciel

Assessora Rejane Paula Campos Feitosa

Assessora Vanessa Rezende de Moraes

Diretoria Executiva da Atividade Correicional – DIRCOR

Diretor Ricardo de Freitas Reis

Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância – SEPLAN

Diretora Bruna Eduarda Medeiros de Sousa

Gerência de Orientação e Fiscalização do Foro Judicial – GEFIS

Gerente Iácones Batista Vargas

Coordenação de Apoio à Orientação e Fiscalização do Foro Judicial – COFIJ

Coordenadora Ana Beatriz Lage Melo

Gerência de Orientação e Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro – GENOT

Gerente André Lucio Saldanha

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2018-2020

Coordenação de Apoio à Orientação e Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro – COFIR

Coordenador Helder Alves Vespúcio Júnior

Coordenação de Registros Funcionais e de Sistemas dos Serviços Notariais e de Registro – COREF

Coordenadora Cristiane de Araújo Mendes

Gerência de Orientação e Processamento de Feitos e Registros Disciplinares – GEDIS

Gerente Ferrúcio Marangoni Neto

Coordenação de Apoio e Controle das Sindicâncias e dos Processos Administrativos Disciplinares – COADIS

Coordenadora Viviane Moreno

Núcleo de Suporte ao Planejamento e à Gestão de Primeira Instância – NUPLAN

Coordenadora Maria Daniela Ferreira

Gerência de Normatização e Gestão da Informação – GEINF

Gerente Giovana Gonçalves Antunes Brito

Coordenação de Protocolo e Controle de Expedientes da Corregedoria – CORPROT

Coordenador Gleidson Ramanery Pereira

Coordenação de Apoio aos Serviços Auxiliares da Justiça de Primeira Instância – COASA

Coordenador João Paulo de Andrade

Gerência de Acompanhamento e de Suporte aos Sistemas Judiciais Informatizados da Justiça de Primeira Instância – GESIS

Gerente Joyce Kelly Martins

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2018-2020

Coordenação de Apoio e Acompanhamento dos Sistemas Judiciais Informatizados da Primeira Instância – COSIS

Coordenador Sílvio Renato de Oliveira

Coordenação de Apoio e Acompanhamento do Sistema “Processo Judicial Eletrônico” da Primeira Instância – COAPE

Coordenadora Livia Mara de Resende

Centro de Estatística Aplicada à Justiça de Primeira Instância – CEJUR

Assessor Técnico Dilmo de Castro Silva